

O “EL-DOURADO VERDE”: A GUERRA DO ACRE

"GREEN ELDORADO": WAR OF ACRE

Carlos José de Farias Pontes¹

1. Professor de História do Colégio de Aplicação (CAP) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestrando em Educação.

Recebido: 13/10/2015; Aceito 11/12/2015, *carlosjfpontes@gmail.com

RESUMO

O presente artigo descreve o período histórico denominado Revolução Acreana, abordando acontecimentos históricos que vão desde os primeiros acordos entre Portugal e Espanha até a assinatura definitiva, entre Brasil e Bolívia, que finalizou a querela internacional entre as duas nações sul-americanas e tornou o Acre um território definitivamente brasileiro. Os escritos, as leis e os mapas internacionais deixavam evidente que a região acreana, área rica em *Hevea brasiliensis* e denominada Aquiry pelos seus primeiros habitantes, pertencia inicialmente à Espanha, levando em consideração os efeitos do Tratado de Tordesilhas; depois à Bolívia, pela validade do Tratado de Ayacucho e, após o período de uma guerra com muitos interesses econômicos envolvidos, passa a pertencer ao Brasil, através da assinatura do Tratado de Petrópolis.

Palavras-chave: Acre. Revolução Acreana. Gálvez. Barão do Rio Branco. Tratado de Petrópolis.

ABSTRACT

This article describes the historical period known as Acre Revolution, addressing historical events that go from the first agreements between Portugal and Spain until the final signature between Brazil and Bolivia, which concluded the international dispute between the two South American nations and made Acre a definite Brazil. The writings, laws and international maps left clear that the Acre region, rich in Brasilia Hevea and called Aquiry by its first inhabitants, originally belonged to Spain, taking into account the effects of the Treaty of Tordesillas; then to Bolivia, the validity of the Treaty of Ayacucho, and after the period of war with many economic interests involved, shall belong to Brazil, by signing the Treaty of Petrópolis.

Keywords: Acre. Revolution Acre. Gálvez. Baron of Rio Branco. Treaty of Petrópolis.

1. INTRODUÇÃO

Pela primeira divisão do continente americano entre portugueses e espanhóis, as terras que hoje pertencem ao estado do Acre, no Brasil, pertenciam à Espanha. Em 1493, o papa Alexandre VI expediu um documento chamado Bula Inter Coetera, onde por ele toda a América seria da Espanha. Portugal não aceita a “partilha” e em 1494, para não haver uma guerra entre as duas

nações, elas assinam de um novo acordo, o Tratado de Tordesilhas [1].

De acordo com esse tratado a região do Acre pertencia à Espanha e Portugal satisfazia-se com o novo acordo.

Depois foram assinados respectivamente mais três acordos entre Portugal e Espanha, a saber: Tratado de Madri (1750), Tratado de Prado (1761) e Tratado de Santo Ildefonso (1777) [2].

Em 1867, um novo acordo foi assinado sobre as questões relacionadas à região acreana, mas agora entre Brasil e Bolívia, ambas nações livres do jugo colonial ibérico [3]. Pelo Tratado de Ayacucho a região acreana era oficialmente boliviana, mas reconhecidamente ocupada por brasileiros [3].

Quando em 1897, o Ministro boliviano José Paravicini, obteve permissão para instalar uma Alfândega no Acre, os brasileiros que moravam no Acre sentiram-se totalmente ameaçados. Inicia-se o primeiro movimento oposicionista entre brasileiros e bolivianos [4].

Em 1899, o espanhol Luís Gálvez Rodrigues de Árias, ex-embaixador da Espanha na Argentina e jornalista nas cidades de Manaus e Belém fica sabendo dos planos da Bolívia em arrendar o Acre. A Bolívia negou os fatos e os Estados Unidos desistiram temporariamente das negociações [4].

Em comum acordo com o governo do Amazonas e financiado por este, Gálvez aporta em Puerto Alonso em 14 de julho de 1899 e, ao chegar, proclama o Estado Independente do Acre, ou seja, uma nação independente, livre da Bolívia e do Brasil. A falta de conhecimento da região, aliada às políticas anti-diplomáticas em relação aos seringalistas, faz com que Gálvez seja expulso do Acre e depois da dissolução do *Bolyvian syndicate*, a presença boliviana intensa em terras acreanas e a contratação de José Plácido de Castro pelo governo do Amazonas, inicia os conflitos da Guerra do Acre em 1902 [4].

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo demonstrar aspectos relacionados aos motivos e à guerra entre bolivianos e brasileiros na disputa pelas terras acreanas, bem como contextualizar a entrada do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, na resolução de forma diplomática do conflito, além de explicar os compromissos tanto do Brasil quanto da Bolívia ao assinarem no estado do Rio de Janeiro, o acordo denominado Tratado de Petrópolis, que anexou oficialmente o território acreano ao Brasil.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O ACRE PERTENCIA À BOLÍVIA

Desde a divisão da “recém-descoberta” América entre os países ibéricos (Portugal e Espanha) no final do século XV, ficou claro que a região do Acre pertencia à área de terra continental que seria explorada pela Espanha. As definições dos limites da exploração americana entre Portugal e Espanha não se deram de forma harmoniosa e simples, na verdade, foram frutos de constantes debates, diversos acordos e até a preparação de uma guerra. Sobre esse assunto temos que:

A chegada aos novos territórios descobertos junto ao poente em relação à Europa, fruto das grandes navegações em busca de um caminho marítimo que levasse ao Oriente, fez com que Portugal e Espanha definissem qual seria a justa divisão das terras do Novo Mundo. A divisão dos territórios encontrados no além-mar pelas duas potências ibéricas teve como critério para definição dos limites o que mais interessava a cada uma dessas coroas no momento da chegada ao novo terreno [1].

A gênese da querela ibérica começou em 4 de maio de 1493, quando o pontífice espanhol Alexandre VI expediu a Bula Inter Coetera, um documento que doava toda a porção continental da América para uso perpétuo da Espanha. Por esse documento traçava-se uma linha imaginária a cem léguas a partir das ilhas portuguesas de Cabo Verde e Açores, o que estivesse a Ocidente/Oeste seria da Espanha, o que estivesse a Oriente/Leste seria de Portugal. D. João II, monarca português, não aceitando os termos da bula, procurou o papa, mas este, pelo acordo firmado com os reis espanhóis, Fernando e Isabel, não mudou sua decisão. D. João II lembrou à Espanha a bula promulgada por Calisto III em 1456 e o Tratado de Alcaçovas de 1481 que afirmavam a ocupação das novas terras por Portugal. A não aceitação dos documentos obriga D. João II preparar uma guerra para assegurar seus direitos.

A iminência da guerra entre Portugal e Espanha levou a assinatura de um novo acordo, o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, onde traçar-se-ia uma linha imaginária a 370 léguas a partir das ilhas portuguesas de Cabo Verde e Açores, sendo que o que estivesse à Oeste pertenceria à Espanha e à Oeste, a Portugal. De acordo com esse tratado a região do Acre pertencia à Espanha e Portugal satisfazia-se com o novo acordo [1].

A partir do final do século XVI as atividades dos bandeirantes, tais como a captura de indígenas, a busca de riquezas minerais e a destruição de quilombos, marcam o reconhecimento do sertão brasileiro. Os

bandeirantes desbravavam o território adentrando cada vez mais em direção oeste, ultrapassando os limites da linha imaginária e invadindo territórios que de acordo com o Tratado de Tordesilhas pertencentes à Espanha.

Novas ações diplomáticas começaram a ser elaboradas a partir de 1496. A Espanha tinha como representante Alexandre de Gusmão e Portugal era representado por Tomás da Silva Teles. Gusmão tinha mapas precisos da América do Sul, de onde nasceu o Mapa das Cortes; foi redator do novo tratado e utilizou uma maneira não convencional de estabelecer fronteiras e limites de ocupação territorial dos estados em litígio: estabeleceu acidentes geográficos, como rios e montanhas, para demarcar os limites naturais, e baseando-se no direito privado romano, Gusmão introduziu o princípio do *uti possidetis*, que se baseia na posse efetiva da terra. Este princípio origina-se na máxima romana: *uti possidetis, ita possideatis*, que afirma que quem possui de fato, deve possuir de direito, ou seja, quem já está em determinado território deve possuí-lo ou a terra pertence a quem a ocupa [2].

Tratado de Lisboa (1681): A Espanha reconhece a Colônia de Sacramento (parte do atual Uruguai) como território português. Após a criação da colônia em 1680 ocorreu uma invasão espanhola à Sacramento, mas também houve forte pressão inglesa sobre a Espanha.

Em 1713 firmou-se o Tratado de Utrech, onde ocorreu a troca de terras entre França e Brasil no limite entre a Guiana Francesa e o Brasil. Nesse momento estabelece-se o Rio Oiapoque como

fronteira norte do Brasil. Em 1715 formaliza-se o novo Tratado de Utrech, onde a Espanha reconhece posse portuguesa sobre a Colônia de Sacramento. Este tratado ocorre após dez anos de ocupação de Sacramento pelos castelhanos, entre 1704 e 1714 [1].

Em 13 de janeiro de 1750 foi assinado o Tratado de Madri, entre D. João V, rei de Portugal e D. Fernando VI, rei da Espanha. Por este tratado, Portugal cedeu à Espanha a Colônia do Sacramento (atual cidade do Uruguai) e recebeu a região dos Sete Povos das Missões (parte do Rio Grande do Sul), os atuais estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, e uma vasta região que compreendia as margens dos rios Alto-Paraguai, Guaporé e Madeira de um lado e o Tapajós e Tocantins do outro [3].

A partir de 1746, a diplomacia portuguesa e espanhola começou a negociar a celebração de um tratado de limites entre os seus domínios coloniais na América do Sul e na Ásia. Enquanto as negociações transcorriam, o Conselho Ultramarino (1642) deu parecer sobre a criação da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso e da capitania de Goiás (1748), desmembrando-as da capitania de São Paulo. Em janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri, por intermédio do qual a Coroa portuguesa conseguiu assegurar as terras conquistadas pelos sertanistas paulistas no oeste e sul do Estado do Brasil. Ao norte, no vale Amazônico, também foram atendidos os interesses portugueses, garantindo a defesa daquele território diante da possibilidade de investidas de franceses, holandeses, espanhóis e ingleses. Consolidou, assim, o controle político-administrativo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, fortalecendo o vínculo com o Reino e não ao Governo Geral do Brasil [3].

O Tratado de Madri satisfaz os interesses portugueses e espanhóis, mas não agradou os padres jesuítas espanhóis nem os índios guaranis que habitavam Sete Povos das Missões (atual

Uruguai e parte do estado do Rio Grande do Sul). Os padres ficaram impedidos de catequizar os indígenas dessa região, e os guaranis tinham aversão aos portugueses. Em 1753 as indiferenças entre portugueses e índios guaranis fez eclodir violentos conflitos conhecidos como Guerra Guaramítica [1, 3].

Ao estudar as cartas escritas pelo diplomata Alexandre de Gusmão ao rei D. João V, Mauro César Coelho ressalta que o experiente estadista considerava as vantagens que os portugueses poderiam obter ao assinar o Tratado de Madri, ao tornar nulo o que determinavam os antigos Tratados de Tordesilhas (1494) e de Utrech (1713). Um dos pontos destacados dizia respeito à troca da Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões, o que possibilitaria obter terras de boa qualidade para a lavoura, abastecer os armazéns de gêneros alimentícios para sustentar as tropas militares instaladas naquela fronteira, além de mantê-los preparados para dar combate aos espanhóis, o que permitiria revidar, quando surgisse à oportunidade, conquistando algumas terras ocupadas pelos vizinhos inimigos. Um outro ponto seria manter o controle dos rios existentes na capitania de Mato Grosso, no vale do Guaporé, região que daria acesso, através do rio Guaporé e demais rios amazônicos ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. Além destas vantagens, considerava o experiente estadista sobre a possibilidade do estabelecimento de um profícuo comércio com os povoados espanhóis de Santa Cruz de la Sierra e Potosí, além das missões espanholas estabelecidas nas Províncias de Moxos e Chiquitos. Esses povoados eram distantes dos portos instalados no litoral de Buenos Aires e de Lima, o que implicaria em altos custos para a aquisição de mercadorias. Nesse caso, acreditava Gusmão que através dos portos de Belém poderia a Coroa introduzir mercadorias no Vice-Reinado do Peru e auferir riquezas consideráveis [3].

Para resolver a celeuma, Portugal e Espanha assinaram um novo tratado em 12 de fevereiro de 1761, o Tratado de Prado (Tratado *El Pardo*), que anulou todas as disposições do Tratado de Madri, ou seja, voltava a valer os acordos assinalados no Tratado de Tordesilhas [1].

Pelo Tratado de Prado a região acreana continuava pertencendo à Espanha.

Mais de uma década depois, Portugal e Espanha passaram disputar a região de Sacramento. O impasse foi resolvido na diplomacia através da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1º de outubro de 1777 [5].

O tratado assinado em San Ildefonso, cidade da província espanhola de Segóvia, pelos reis D. Maria I, de Portugal e Carlos III, da Espanha, intermediado pela Inglaterra e França, anulou o Tratado de Prado e revalidou o Tratado de Madri. A Espanha manteve Sacramento e Sete Povos das Missões; Portugal continuou com o direito de *uti possidetis*, tendo soberania na margem esquerda do rio da Prata, pequenas faixas territoriais na região sul e a ilha de Santa Catarina [5].

Este foi o último acordo formalizado entre Portugal e Espanha e, necessariamente a região acreana continuava pertencendo à Espanha.

A partir do século XIX a geografia política latino-americana ganha novos contornos, graças ao processo de emancipação política de várias colônias espanholas e portuguesas: Brasil, Peru, Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai entre outros tornam-se nações livres politicamente.

Assim, em 23 de novembro de 1867, Brasil e Bolívia assinaram o Tratado de Ayacucho, um acordo diplomático onde o Brasil reconhecia que a região acreana pertencia à Bolívia. O Brasil estava envolvido na Guerra do Paraguai e assinou este contrato objetivando manter a Bolívia neutra no

conflito. Mas como no período da assinatura o povoamento brasileiro já havia chegado aos territórios que margeavam os rios Madeira, Purus e Juruá, os negociadores do Brasil procuraram empurrar a linha divisória mais para o sul, estabelecendo que o ponto inicial da fronteira fosse agora a confluência dos rios Beni e Mamoré, onde se iniciava o Madeira. A partir daí, o Tratado de Ayacucho dizia que "Deste rio para oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul 10°20' até encontrar o rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari" [4].

Então de acordo com o Tratado de Ayacucho a Bolívia reconhecia o direito de *uti possidetis*, onde a terra pertence a quem a ocupa; dessa forma a região acreana era oficialmente boliviana, mas reconhecidamente ocupada por brasileiros. Uma década depois da assinatura do Tratado de Ayacucho, o Amazonas e, especificamente, a região acreana, foi tomada por uma grande massa de trabalhadores: milhares de nordestinos que fugiam assoladas pelas mazelas causadas pela Grande Seca de 1877-1879 [4].

À época da seca encontramos o auge da produção gumífera, onde as terras acreanas tornam-se seringais, os patrões, seringalistas e os nordestinos, flagelados e miseráveis, seringueiros.

A onda migratória faz com que os seringais prosperem às margens dos rios Acre, Purus, Juruá, Madeira, Tarauacá, Abunã, Iaco e Beni. Para seringalistas ou seringueiros, não importava de

quem fosse a terra: “era tudo mata, terra para explorar, expandir”.

Mas essa não era a opinião da Bolívia. A presença e permanência de brasileiros na região fez com que a Bolívia pressionasse o Brasil para que fosse feita a demarcação, estabelecendo os limites territoriais entre Brasil e Bolívia. Assim foi feita a Comissão Demarcatória (Protocolo de 19 de fevereiro de 1895) formada por brasileiros e bolivianos; o representante do Brasil foi o Coronel Thaumaturgo de Azevedo e o da Bolívia foi o Coronel José Manuel Pando [4].

Em 1895, o Ministro da Bolívia no Brasil, Frederico Diez de Medina, propõe ao governo federal que se prossiga na demarcação. Em 29 de setembro de 1895 encontram-se os comissários em Caquetá, iniciando, logo em seguida, os trabalhos demarcatórios. Esse acordo feito entre o ministro boliviano Medina e o ministro brasileiro Carlos Augusto de Carvalho recebeu o nome de Acordo Medina-Carvalho. Mas, esse acordo graças aos esforços e perspicácia do coronel brasileiro Gregório Azevedo o acordo não foi ratificado pelo Congresso Nacional, uma vez que o coronel explicou quanto o Brasil perderia de territórios caso aceitasse essa primeira demarcação [6].

O Coronel Gregório Azevedo, homem de grande conhecimento científico, buscou demarcar os limites entre Brasil e Bolívia de forma verdadeira e de acordo com os interesses nacionais. Azevedo explicou que: “A aceitar o marco do Peru como o último da Bolívia, devo informar-vos que o Amazonas irá perder a melhor zona de seu território, a mais rica e mais produtora, porque,

dirigindo-se a linha geodésica de 10°20’ a 07°01’17”’, ela será muito inclinada para o norte, fazendo-se perder o alto do rio Acre, quase todo o Iaco e o Alto-Purus, os principais afluentes do Juruá e talvez do Jutai e do próprio Javari; rios que dão a maior porção da borracha exportada e extraída por brasileiros” [6].

Em 1898, o ministro brasileiro, Dionísio Castro Cerqueira, ordenou que Gregório Azevedo concluísse o trabalho de demarcação indo de acordo com os limites estabelecidos pelo Tratado de Ayacucho; Azevedo não aceitou e pediu demissão, sendo substituído pelo Capitão-Tenente Cunha Gomes, que era 2º Comissário.

Obediente ao Ministro Cerqueira, Cunha Gomes demarca os limites entre Brasil e Bolívia através de uma linha denominada Linha Cunha Gomes, respeitando todos os limites impostos pelo Tratado de Ayacucho, onde ficou definido que o que estivesse ao norte da linha Cunha Gomes seria do Brasil e o que estivesse ao Sul seria da Bolívia; assim, incontestavelmente, o Acre pertencia à Bolívia [4].

2.2 ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO ACREANA

Em 23 de setembro de 1898, o Ministro Plenipotenciário boliviano José Paravicini, obteve permissão para instalar uma Alfândega no Acre. Os brasileiros que moravam no Acre sentiram-se totalmente ameaçados com a iminência da presença boliviana na região e o governador do Estado do Amazonas, José Cardoso de Ramalho Júnior, e

seringalistas da região fizeram tudo para dificultar a penetração boliviana, chegando a proibir a passagem de expedições bolivianas a partir de Manaus [7].

Pouco mais de três meses depois, em 3 de janeiro de 1899, Paravicini que viajara a bordo do navio “Rio Tapajoz”, saltou em terra acreana e tomou posse do território em nome da nação boliviana. Paravicini fundou então Puerto Alonso, hoje Porto Acre, em homenagem ao então Presidente da República da Bolívia, o Sr. Severo Alonso.

Os seringalistas do “rio da borracha” ficaram revoltados. O Acre era rico, a produção da borracha representava riqueza para muitos seringalistas e empresários de Belém e Manaus. A partir dos barracões germinaram as primeiras sementes de um plano para expulsão dos bolivianos da região acreana. Ninguém queria perder a “galinha dos ovos de ouro”.

Enquanto isso Paravicini iniciou a administração boliviana na região: montou Aduana em Puerto Alonso; passou a cobrar impostos; colocou soldados bolivianos para garantir posse e defesa; entregou títulos de autoridades bolivianas para seringalistas brasileiros e baixou decretos permitindo o tráfego de navios de nações amigas pelos rios acreanos (Acre, Purus e Iaco). O governo Federal e do Amazonas sentiram-se ameaçados politicamente e economicamente com a política de Paravicini, uma vez que os impostos cobrados pelo transporte dos produtos que entravam no Acre e da borracha que deixava o Acre enriquecia a Aduana boliviana, sendo que outrora, todo o comércio e

cobrança de impostos eram realizados pelo governo do Amazonas. O governo Federal também se sentia insatisfeito, pois a permissão de transporte de navios em rios acreanos para nações amigas da Bolívia ameaçava a soberania brasileira na região, principalmente os Estados Unidos que agora poderiam penetrar na região amazônica [8].

Foi a partir dessas condições que muitos seringalistas acreanos se uniram ao governador do Amazonas, Ramalho Júnior, para pôr em prática o plano de expulsão dos bolivianos, que concretizou-se com a Primeira Insurreição Acreana contra a Bolívia.

No Seringal Bom Destino, de propriedade do sr. Joaquim Victor, o advogado e jornalista cearense José de Carvalho, financiado pelo governo do Amazonas, liderou a rebelião que expulsou o Delegado Moisés Santivanez, representante do governo boliviano em Puerto Alonso em substituição a José Paravicini [9].

A insurreição ocorreu em 1º de maio de 1899, quando José de Carvalho a bordo do navio “Botelho”, acompanhado de sessenta homens armados, obrigou Dom Santivanez a deixar o Acre. Sem derramamento de sangue, Santivanez deixou o Acre dois dias depois. Os seringalistas acreanos comemoraram a vitória no Barracão do Seringal Bom Destino [10].

2.3 LUIS GÁLVEZ E O ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE

Apesar da vitória dos seringalistas acreanos na região, a Bolívia não estava disposta a perder o

Acre para os brasileiros. Por esse motivo começa a negociar com os Estados Unidos e Inglaterra o arrendamento do Acre.

Nesse contexto aparece o espanhol Luís Gálvez Rodrigues de Árias, ex-embaixador da Espanha na Argentina e jornalista nas cidades de Manaus e Belém. Sua influência no consulado boliviano em Belém o fez ficar sabendo dos planos da Bolívia em arrendar o Acre. Como trabalhava no jornal paraense, “A Província do Pará” escreveu um artigo denunciando os interesses bolivianos em 3 de junho de 1899. A Bolívia negou os fatos e os Estados Unidos desistiram temporariamente das negociações [9].

Mas, o governo do Amazonas, mais uma vez temeroso com a dominação da Bolívia no Acre, resolveu financiar uma expedição comandada por Gálvez, para preencher o vazio deixado após a expulsão de Santivanez. O espanhol, a bordo do navio “Cidade do Pará”, acompanhado de homens, armas, dinheiro e alimentos, aportou em Puerto Alonso em 14 de julho de 1899 e, ao chegar, o aventureiro proclamou o Estado Independente do Acre, ou seja, uma nação independente, livre da Bolívia e do Brasil [8, 11].

De Belém, onde adquiriu grande fama como jornalista, notadamente da causa acreana, Galvez transferiu-se para Manaus, tendo recebido apoio do governador Ramalho Júnior, para a concretização de sua meta - lutar contra os bolivianos.

De Manaus viajou para o Seringal São Jerônimo, onde, juntamente com os componentes da junta Revolucionária do Acre, marcou data de 14 de julho para proclamar o Estado Independente do Acre.

Gálvez assumiu o cargo provisório de presidente, criou o lema do novo país: “Pátria e Liberdade”, instituiu as Armas da República, criou uma bandeira, organizou ministérios, criou escolas, hospitais, organizou o exército e o corpo de bombeiros, exerceu funções de juiz, emitiu selos postais, idealizou um país moderno para aquela época, com preocupações sociais, ambientais e urbanísticas, baixou decretos, enviou despachos aos países europeus e designou representantes diplomáticos [11].

Passados alguns dias, Gálvez começa a enfrentar problemas, pois não fala muito bem português, não conhece os costumes da região e não consultou o povo acreano, principalmente os seringalistas, ao baixar alguns decretos. Suas atitudes ditatoriais foram revestidas em forte oposição: o Brasil continuava afirmando que a região pertencia à Bolívia; o seringalista Neutel Maia, dono do seringal Empresa (hoje, Rio Branco) não aceitava suas ordens; seringalistas de Xapuri que criaram a Comissão Garantidora dos Direitos Brasileiros e do Capitão Leite Barbosa, proprietário do seringal Humaitá [4, 9, 11].

Em uma atitude tirânica, Gálvez suspendeu os direitos políticos dos membros da Comissão Garantidora e os mandou prender, só não fazendo porque a Comissão aceitou seu governo. Além disso, entrou em conflito com as Casas Aviadoras de Belém e Manaus, pois essas não aceitavam o pagamento de 10% da borracha exportada. As Casas ameaçam a suspensão de seus produtos para os seringais; Gálvez, num ato impensado, proíbe a

entrada de navios brasileiros nos rios acreanos e a exportação da borracha para Belém e Manaus [4].

Essas medidas levaram os seringalistas, liderados pelo Coronel Antônio de Souza Braga, substituir e expulsar Gálvez do Acre, em 28 de dezembro de 1899. Braga assumiu a presidência, mas a falta de preparo fez com que Gálvez retomasse o comando em 30 de janeiro de 1900. Um mês e quinze dias depois o governo brasileiro depôs Gálvez, que foi para Manaus, depois para Belém, e muito doente, seguiu ao porto de Recife, onde retornou para Europa [9].

2.4 EXPEDIÇÃO FLORIANO PEIXOTO OU “EXPEDIÇÃO DOS POETAS”

Depois da expulsão de Gálvez, a Bolívia mandou para o Acre um pequeno contingente de soldados para formalizar a ocupação e permanência boliviana. O governo do Amazonas, Silvério José Néri, financiou expedições contra os bolivianos.

Em 1900 formou-se a Expedição Floriano Peixoto, ou como ficou mais conhecida, “Expedição dos Poetas”, por causa dos expedicionários que eram sobretudo intelectuais, professores, poetas, advogados, engenheiros e médicos. A expedição chegou ao Acre a bordo do navio “Solimões” e a confronto entre os poetas e os soldados bolivianos ocorreu em dezembro de 1900. Os poetas quando ouviram os primeiros tiros soarem correram, refugiando-se no seringal Caquetá; suas armas e canhões deixadas para trás, ficaram para os bolivianos [4].

O governo amazonense encontra uma nova maneira de ter o controle do tão disputado território enviando uma expedição que ficou conhecida como “*Expedição dos Poetas*”, onde juntaram forças com a antiga junta revolucionária. Entretanto foi um plano falho devido á falta de conhecimento militar dos jovens revolucionário [10].

2.5 O BOLIVIAN SYNDICATE

A expulsão de Gálvez e a presença cada vez maior de brasileiros no Acre fizeram a Bolívia e os Estados Unidos entenderem que não poderiam firmar contrato de arrendamento sem apoio internacional; então, para resolver a questão o general Pando autorizou ao ministro Felix Avelino Aramayo, cônsul boliviano em Londres, a proceder as negociações de arrendamento do Acre para um sindicato internacional. Dessa forma foi criado o *Bolivian Syndicate*, uma associação internacional formada por Estados Unidos e Inglaterra em 14 de julho de 1901 [9, 10].

O contrato foi assinado por Aramayo e pelo presidente do sindicato, onde se concedia a empresa o direito de, por um período de trinta anos, administrar e explorar as riquezas naturais do Acre, cobrar impostos, rendas e tarifas alfandegárias, navegar livremente por todos os rios da área sob sua jurisdição, a manter forças armadas terrestres e navais, usufruir 40% dos lucros obtidos.

O *Bolivian Syndicate* associado a *U.S. Rubber Co.*, compraria toda a produção da borracha; a Bolívia ficaria com 60% dos lucros e construiria um canal ou estrada de ferro para unir o rio Acre aos rios Ortón e Madre de Dios. O

contrato foi aprovado pela Bolívia, mas, os governos do Peru e do Brasil protestaram, considerando que a empresa representava perigo à integridade e soberania dos estados sul-americanos [7, 12].

A concessão do Acre ao Bolivian Syndicate, que congregava as firmas Cary & Withridge, United States Rubber Company e Export Lumber, desencadeou uma avalanche de protestos no Brasil, pois, entregava uma vastíssima área, dominando grande parte do alto Amazonas, a “homens de negócios dos E.U.A, tão suspeitos na época a todo o continente pelas tendências imperialistas de sua política do big stick e do dólar”, como José Maria Bello observou¹⁷. O Jornal do Brasil acusou o governo de Campos Sales de não prestar qualquer socorro aos brasileiros do Acre e não poupou os E.U.A, apresentando a figura de Tio Sam em todas as caricaturas, uma das quais como professor que erguia a palmatória contra a Bolívia e perguntava: “De quem é o Acre, menina? Diga isso bem alto para ser ouvido até no Brasil”. A Bolívia, representada por uma aluna, respondia com terror: “Mas estou farta de dizer... O Acre é de Vossa Senhoria, Sr. Mestre”¹⁸. Porém, ao contrário do que o Jornal do Brasil supunha, a chancelaria brasileira não se descuidara do problema. O ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães informou a Assis Brasil sobre o interesse do ministro americano em La Paz, George H. Bridgeman, na consecução do contrato com o Bolivian Syndicate e pediu-lhe que sondasse a posição do governo de Washington. Hay, com quem Assis Brasil se entrevistara no dia 15 de maio de 1902, disse que os E.U.A jamais apoiariam qualquer ofensa à soberania do Brasil e que ele recomendara o Bolivian Syndicate ao ministro americano em La Paz, de modo genérico, sem qualquer caráter oficial, atendendo a uma solicitação dos interessados no arrendamento [12].

Os acreanos ao tomarem conhecimento do acordo Bolívia/Sindicato, decidiram reestabelecer a República do Estado Independente do Acre, e formalizar a luta armada não permitindo a tomada de posse e a instalação do Sindicato em territórios acreanos.

O Brasil procurou o governo norte-americano, mas esse negou envolvimento no *Bolivian Syndicate*, e como precisava do apoio

brasileiro nas questões centro-americanas, convenceu a Bolívia a desfazer o acordo, mas o Brasil pagou a multa indenizatória que a Bolívia deveria pagar por rescindir o contrato, sendo um montante de 110 mil libras esterlinas ou um total de 2.366:270\$200 Réis (Dois milhões, trezentos e sessenta e seis, duzentos e setenta réis e duzentos centavos) [7].

2.6 AS INSURREIÇÕES DO BRASIL CONTRA A BOLÍVIA: O ACRE TORNA-SE BRASILEIRO

Pouco antes da rescisão contratual do *Bolivian Syndicate* a Bolívia mandou para o Acre o Delegado Lino Romero, que tinha por objetivo demarcar as terras dos seringais, cobrar impostos e desapropriar seringais de proprietários brasileiros. D. Lino chegou ao Acre em 2 de abril de 1902. A presença boliviana incomodava cada vez mais o Estado do Amazonas. Então, Silvério Néri (governador do Amazonas) contrata um agrimensor, ex-militar, para formar um exército e lutar contra os bolivianos no Acre [10].

O agrimensor era o gaúcho José Plácido de Castro; nascido em São Gabriel em 1873, filho de militar (capitão Prudente de Castro), estudou em colégio Militar no Rio Grande do Sul e tornou-se inspetor de outro Colégio Militar no Rio de Janeiro; no exército alcançou a patente de major; em 1898 recebeu a função de agrimensor (arte de medir propriedades rurais); um ano depois viajou para o Amazonas onde iniciou suas atividades profissionais [10].

Quando Plácido demarcava áreas às margens do Purus estourou a notícia do Bolivian Syndicate. O gaúcho, conhecedor exímio de estratégias bélicas e ávido por escrever novas páginas na história da sua vida, abandonou os trabalhos da agrimensura para ingressar em uma revolução dentro da selva amazônica; um lugar tão inóspito que Euclides da Cunha afirmara que essa era "a última página do Gênese que ainda não havia sido escrita".

Plácido de Castro escreveu em seu diário:

"Veio-me à mente a ideia de que a pátria brasileira se ia desmembrar, pois a meu ver, aquilo não era mais do que um caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando desde então a lhes franquear a navegação dos nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e a nossa desgraça em breve estaria consumada. Guardei apressadamente a bússola de Casella, de que me estava servindo, abandonei as balisas e demais utensílios e saí no mesmo dia (23 de junho de 1902) para as margens do Acre" [13].

O governo do Amazonas viu em Plácido de Castro a pessoa indicada para comandar a guerra de expulsão dos bolivianos; em Manaus, Plácido foi convidado e contratado para comandar a guerra; Plácido recebeu a patente de coronel, homens, armas, alimentos, transportes e rumou para o Acre, onde passou a treinar seringueiros para os combates.

No seringal Caquetá, Plácido e os seringalistas formaram a Junta Revolucionária (1º/07/1902). A primeira insurreição comandada pelo coronel Plácido de Castro foi à tomada de Mariscal Sucre (atual Xapuri). O pequeno povoado de Sucre foi tomado de surpresa na madrugada de 6 de agosto de 1902, momento em que os bolivianos comemoram a independência da Bolívia. A tomada foi pacífica uma vez que dadas as circunstâncias do ataque impediram à reação [9, 11].

Posteriormente, em 7 de agosto de 1902, reunidos em Xapuri, na "Casa dos Srs Falk & Vieira", reproclamava-se a independência do Acre, embora de fato ela já tivesse sido reproclamada no dia seguinte à deposição de D. Juan de Rios Barreto, Intendente de Xapuri, em 6 de agosto, data em que se comemora a independência da Bolívia [9].

Após a derrota na primeira insurreição os bolivianos iniciaram as estratégias de defesa: vieram dois contingentes de soldados de La Paz, comandados por coronéis bolivianos; D. Lino Romero, delegado boliviano em Puerto Alonso, montou seu exército para lutar contra os revolucionários brasileiros. Descendo os rios após a tomada de Xapuri, Plácido buscava alcançar o Volta do Seringal Empresa (atual Rio Branco), mas em 17 de setembro de 1902, o exército insurgente foi atacado de surpresa pelas tropas do coronel boliviano Rozendo Rojas; a maioria dos homens de Plácido morreu e ele teve que recuar, reorganizando seu exército no Seringal Bagaço [11].

Menos de um mês após a derrota, Plácido de Castro bem melhor preparado, ataca o exército

boliviano na Volta do Seringal Empresa, derrotando o exército de Rojas. Essa vitória deu grande ânimo à Plácido e ao exército de seringueiros, até por que agora só ficava faltando o último reduto boliviano no Acre: Puerto Alonso.

Antes do ataque à Puerto Alonso, Plácido ainda atacou comunidades bolivianas como Santa Rosa e Costa Rica no final do ano de 1902. O objetivo era defender territórios já tomados dos ataques de indígenas bolivianos que atuavam sob o comando de seringalistas bolivianos.

A última operação do exército de seringueiros comandados pelo Coronel Plácido de Castro iniciou em 15 de janeiro de 1903. A tomada de Puerto Alonso deu-se em nove dias. D. Lino Romero já havia aconselhado o presidente boliviano, General Manuel Pando, para que este abrisse mão do Acre, negociando essas terras com o Brasil. O conselho foi uma forma de D. Lino admitir que não tinha como enfrentar as tropas de Plácido. Assim, em 24 de janeiro de 1903, depois de 9 dias de ataques, Romero assinou a Carta de Rendição da Bolívia. Os remanescentes dos destacamentos bolivianos (Dom Lino e seus soldados) entregaram-se, sendo levados para Manaus e de lá voltaram para seu país. Três dias depois, em 27 de janeiro de 1903, foi proclamada a Terceira República do Acre [11, 12].

Da reproclamação até a tomada de Puerto Acre, sede da Delegacia Nacional, em 24 de janeiro de 1903, sucederam-se os combates, em que tantos os brasileiros quanto os bolivianos deram demonstração de destemor, de heroísmo. E paralelamente aos combates militares, ocorria a intensa troca de correspondência entre D. Lino Romero e o Comandante-em-Chefe das Forças Revolucionárias, Plácido de Castro [11].

Quando a notícia da expulsão dos bolivianos chegou em La Paz, o presidente Pando, montou forte exército para reaver seu território. O exército do general já marchava rumo ao Acre quando entra na guerra a diplomacia brasileira. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, buscou meios pacíficos de resolver a querela, buscando evitar mais derramamento de sangue.

O Barão do Rio Branco já havia se envolvido na Questão do Acre no episódio do *Bolivian Syndicate*, pois foi ele quem conseguiu através da diplomacia (e do pagamento em libras esterlinas) o fim do contrato.

Agora, Rio Branco objetivava mostrar para a Bolívia que o melhor caminho para resolver os conflitos era aceitar negociar o Acre com o Brasil. Apesar das ações diplomáticas, Rio Branco também pressionou militarmente Pando, pois ordenou que tropas federais do Mato Grosso e do Amazonas se deslocassem para o Acre, não para uma luta armada, mas para mostrar à Bolívia que o Brasil não iria abrir mão da região acreana.

Sem alternativa, a Bolívia aceitou assinar o tratado que concedia o Acre ao Brasil. O Tratado de Petrópolis, assinado na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1903, pôs fim aos conflitos entre brasileiros e bolivianos e oficializou, baseando-se no princípio do *uti possidetis*, que o Acre pertencia ao Brasil [14].

O presidente do Brasil era Rodrigues Alves e o da Bolívia era José Manuel Pando. Assinou o contrato os ministros brasileiros Barão do rio

Branco e Assis Brasil e os ministros bolivianos Fernando Guachala e Cláudio Pinilha.

O contrato firmado entre as duas nações definiu que o Brasil indenizaria a Bolívia com 2 milhões de libras esterlinas (equivalente a 32 milhões de réis); entregaria em permuta certas áreas da fronteira do Mato Grosso que, no total, perfaziam 3.164 km; construiriam uma estrada-de-ferro, a Madeira-Mamoré, numa extensão de 400 km, para permitir uma saída da Bolívia para o oceano Atlântico, e em troca a Bolívia entregaria ao Brasil a região do Acre, um território de 190.000 km².

Tendo sido a 17 de novembro de 1903, menos de um mês após a exoneração de Rui, assinado, finalmente, o Tratado de Petrópolis, a Bolívia consentiu com a incorporação do Acre, cujo território somava 191.000 km² ao Brasil; recebendo como contrapartida algumas áreas da Amazônia e Mato Grosso que, juntas, constituíam 2.296 km², a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, ligando o território brasileiro ao boliviano, livre trânsito aos bolivianos nessa estrada, e uma indenização no valor de dois milhões de libras esterlinas (36.268 contos e 870 mil-réis, em moeda e câmbio da época, ou 200 milhões de dólares, na hora atual) [14].

2.7 REVOLUÇÃO ACREANA NO JURUÁ

Na região do Juruá eram muitos os conflitos, pois quando os peruanos chegaram nessa região brasileiros já haviam abertos vários seringais.

Desde o final do século XIX os peruanos insistiam em invadir o Juruá através dos rios Iaco, Chandless e Purus. Em 1904 houve luta armada entre seringalistas de Cruzeiro do Sul, apoiados pelo prefeito do Departamento do Alto Juruá, coronel Thaumaturgo de Azevedo e soldados peruanos que foram derrotados e expulsos da região [6].

Em 1904 foi formalizado o Acordo de Paz (12/07) entre Brasil e Peru, onde se formou comissões demarcatórias com representantes dos dois lados para traçar os limites entre os países na região do Juruá e em 8 de setembro de 1909 formalizou-se o Tratado Brasil/Peru, onde o Peru deixava a região acreana e o Brasil entregava ao Peru em troca da retirada cerca de 40.000 km². Findava-se assim, os conflitos na região acreana e estabelecia-se de uma vez por todas as fronteiras entre as três nações [5].

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia geral denomina os conflitos entre Brasil e Bolívia de Revolução Acreana, embora o que houve entre as duas nações tenha sido uma guerra, conhecida também como a Guerra do Acre.

A Revolução foi a disputa pelo território das terras acreanas, terras que no final do século XVIII e início do século XIX, eram ricas pela abundância de seringueiras, árvores de onde se extrai o látex, um leite viscoso usado na produção da borracha, matéria-prima de diversos produtos, principalmente, na época, a indústria pneumática.

Brasil, Bolívia e Peru tinham interesses na região, mas, a terra pertencia à Bolívia como atestava os acordos firmados entre Portugal e Espanha, e depois entre Brasil e Bolívia.

Embora a região acreana pertencesse oficialmente à Bolívia, o Tratado de Ayacucho reconhecia que a região era ocupada por brasileiros. Dessa forma, brasileiros, os

seringalistas enriqueciam na região e se sentiram amaçados quando os bolivianos chegam na região para montar aduana.

Os bolivianos foram expulsos; o espanhol Luiz Gálvez Rodriguez de Arias, noticiou que os bolivianos arrendariam a Acre pra uma associação internacional; a Bolívia negou, mas depois de fato arrendou a região em uma transação comercial com uma associação chamada *Bolivian Syndicate*.

Gálvez, apoiado pelo governo do Amazonas, montou expedição, e declarou o Acre uma República independente em 1899. Por desavenças com os seringalistas foi expulso do Acre.

Em 1902, brasileiros e bolivianos iniciam uma guerra que só termina em 17 de novembro de 1903, com a intervenção do Barão do Rio Branco, Ministro brasileiro, através da assinatura do Tratado de Petrópolis.

O Tratado de Petrópolis encerrou o confronto entre Brasil e Bolívia pelo território do Acre. Em troca, o Brasil cedeu parcela do território do Mato Grosso e ainda pagou dois milhões de libras esterlinas. A Bolívia ainda requisitou a construção da ferrovia Madeira-Mamoré para permitir o escoamento da produção, especialmente marcada pela borracha.

O Tratado de Petrópolis pôs fim os conflitos entre brasileiros e bolivianos, mas não acabou com os conflitos entre brasileiros e peruanos. Houve a necessidade da formalização, em 1904, do Acordo de Paz entre as duas nações e em 1909 formalizou-se o Tratado Brasil/Peru, onde

o Peru deixava a região acreana e o Brasil entregava ao Peru em troca da retirada cerca de 40.000 km².

Assim, o Tratado de Petrópolis e o Tratado Brasil/Peru finalizam os conflitos entre Brasil, Bolívia e Peru pela região acreana.

4. REFERÊNCIAS

[1] TULUX, Bruno Mendes. A defesa do oeste colonial no contexto da segunda metade do século XVIII – O sul da capitania de Matto Grosso. **Mneme – Revista de Humanidades**. V. 9, n. 24. Caicó: UFRN, Set./out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/. Capturado em 30/10/2015.

[2] GÓES, Synésio Sampaio. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. *Revista OCEANOS – a formação territorial do Brasil*. Lisboa: Núm. 40, Outubro/Dezembro de 1999.

[3] CHAVES, Otávio Ribeiro. América Portuguesa: Do Tratado De Madri Ao Tratado De Santo Ildefonso (Portuguese America: From The Madrid Treaty To The Santo Ildefonso Treaty). Universidade Estadual de Mato Grosso. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul.-dez., 2014

[4] SOUZA. Carlo Alberto Alves. **História do Acre: novos temas, nova abordagem**. Rio Branco: Carlo Alberto Alves de Souza. Ed. 2002.

[5] GIRALDO, Manuel Lucena. Reformar as florestas: o tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa. *Revista OCEANOS – a formação territorial do Brasil*. Lisboa: Núm. 40, Outubro/Dezembro de 1999.

[6] PONTES, Carlos. **História do Acre para o Ensino Médio**.

[7] TOCANTINS, Leandro: **Formação histórica do Acre**. 4. Edição- Brasília: Senado Federal, 2001.

[8] PARAVICINI, José. **Relatório apresentado ao Supremo governo sobre a dupla missão que desempenhou de Ministro Plenpotenciário no Brasil e delegado Nacional nos territórios do Acre**. Petrópolis: Type. De Pap. Jeronymo, 1900.

[9] BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre – de Território a estado - um olhar social... São Paulo. USP**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – SP, 2005.

[10] SILVA, Raquel Diomara; ALBUQUERQUE, Olga Miriam Alves Pereira. **A CHAMADA REVOLUÇÃO ACREANA**.

[11] CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Plácido de Castro e construção da ordem no Aquiri**. FEM. Acre, 2003.

[12] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. **Rev. Bras. Polít. Int.** v.43, n.2, p. 150-169. 2000.

[13] CASTRO, Genesco. **O Estado Independente do Acre**. 1930.

[14] ANDRADE, José H. Fischel de; LIMOEIRO, Danilo. Rui Barbosa e a política externa brasileira: considerações sobre a Questão Acreana e o Tratado de Petrópolis (1903). **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 46 n. 1, p. 94-117, 2003.